

FOTOS: CARMEM HELENA / O LIBERAL



Laboratório do PCT tem equipamentos parados

O Laboratório de Óleos da Amazônia (LOA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), é um dos espaços que funciona e presta serviços dentro do PCT Guamá. O professor Luís Adriano Nascimento é vice-coordenador do local e, de acordo com ele, o déficit orçamentário anual está sendo um empecilho para que alguns equipamentos funcionem. “Estamos recebendo em torno de R\$ 210 mil [nos últimos três anos], o que dá uma média de R\$ 70 mil por ano de projetos que a gente tem aprovado em chamadas públicas. A gente precisaria de mais, temos equipamentos parados”, lamenta.

A quantidade de investimentos privados que o LOA tem conseguido, também nos últimos três anos, é de R\$ 150 mil. Segundo o vice-coordenador, muito mais poderia ser feito pelo laboratório, mas o alto custo em manutenção de equipamentos é uma dificuldade. “Esses equipamentos seriam importantes para avançar ainda mais nas pesquisas, para inovar a geração de novos produtos, novos bioplásticos, por exemplo, novos materiais, outros tipos de aplicações voltados para o desenvolvimento de produtos sustentáveis. Tudo isso poderia ser feito com muito mais caso a gente tivesse mais recursos”.

Para ele, a principal dificuldade para continuar as pesquisas na Amazônia está na falta de mais chamadas estaduais. “O ideal seria que a gente tivesse, não apenas bolsas para os alunos, mas também recursos para comprar e consertar equipamentos. Essa é uma das grandes dificuldades que nós temos hoje, a falta de recursos para aquisição de novos equipamentos e para manutenção desses materiais”, complementa Luís.

GOELDI

O déficit orçamentário de R\$ 15 milhões que o MPEG, o segundo maior da história do Brasil, tem, está sen-

do um empecilho para que as despesas do local sejam pagas. O ideal, por ano, conforme Nilson Gabas Júnior, diretor da instituição, seria um investimento de R\$ 30 milhões, valor direcionado para mais produção de conhecimento, produtos à população, educação científica e recursos humanos. Porém, apenas metade disso tem chegado. “As nossas despesas fixas, nós não estamos tendo capacidade de pagar. Tivemos um corte desde a aprovação da Lei Orçamentária Anual de quase dois milhões”, aponta.

A previsão do diretor é que essas despesas, referentes a segurança, pagamento de terceirizados, limpeza, exposições científicas e energia, sejam possíveis de serem pagas até setembro. O museu tem recebido quantidade fracionada por mês para lidar com todas as demandas. “Tem sido bastante difícil trabalhar sob essa perspectiva de que nós não podemos manter os nossos contratos de terceirização e eu não tenho condições sequer de induzir pesquisas. A gente sabe que tem áreas do conhecimento e áreas em que é preciso você produzir conhecimento especificamente”, lamenta Gabas.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Na contramão da falta de recursos necessários, Nilson ressalta que bons resultados estão sendo vistos nas pesquisas feitas pelo MPEG. Uma delas é uma parceria com o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio) para atualizar a lista de espécies ameaçadas no Pará. “O monitoramento da lista de espécies ameaçadas de extinção no Pará é uma coisa que, no máximo a cada quatro anos, tem que ser feita. Há quase 14 anos que não vinha sendo feita. Então, pelo menos agora, no âmbito do componente de flora, nós já assinamos o contrato, os repasses já estão sendo feitos e as pesquisas já estão iniciando”, informa.



Nilson Gabas Júnior, diretor do Goeldi, defende um investimento de R\$ 30 milhões na instituição

Nilson Gabas Júnior, director of Goeldi, defends an investment of R\$ 30 million in the institution



PCT laboratory has equipment out of order

The Amazonian Oils Laboratory (LOA) at the Federal University of Pará (UFPA) is one of the spaces that operates and provides services within the Guamá PCT. Professor Luís Adriano Nascimento is the site's vice-coordinator and, according to him, the annual budget deficit is hampering the operation of some of the equipment. “We’ve received around R\$210,000 [in the last three years], which is an average of R\$70,000 a year from projects we’ve approved in public calls. We would need more, we have out-of-order equipment,” he laments.

The amount of private investment that LOA has received, also in the last three years, is R\$150,000. According to the vice-coordinator, much more could be done by the laboratory, but the high cost of maintaining equipment is a difficulty. “This equipment would be important to advance research even further, to innovate the generation of new products, new bioplastics, for example, new materials, other types of applications aimed at developing sustainable products. All this could be much more, if we had more resources.”

According to him, the main difficulty in continuing research in the Amazon is the lack of more state calls. “Ideally, we should not only have grants for students, but also resources to buy and repair equipment. This is one of the great difficulties we have today, the lack of resources for acquiring new equipment and for maintaining this material,” adds Luís.

GOELDI MUSEUM

MPEG’s budget deficit of R\$15 million, the second largest in Brazil’s history, is hampering its ability to make ends meet. According to Nilson Gabas Júnior, the institution’s director, the ideal annual investment would be R\$30 million, which would be used to produce more knowledge, products for the population, scientific education and human resources. However, only half of this has come in. “We’re not able to pay our fixed costs. We’ve had almost two million euros cut since the Annual Budget Law was approved,” he points out.

The director expects that these expenses, relating to security, payment of contractors, cleaning, scientific exhibitions and energy, will be paid by September.

The museum has been receiving a fractional amount each month to cope with all the demands. “It’s been quite difficult to work from the perspective that we can’t maintain our outsourcing contracts, and I’m not even in a position to conduct research. We know that there are areas of knowledge and areas in which you need to produce knowledge specifically,” laments Gabas.

PUBLIC POLICIES

Despite the lack of necessary resources, Nilson points out that good results are being seen in the research carried out by MPEG. One of them is a partnership with the Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio) [Institute for Forestry and Biodiversity Development] to update the list of endangered species in Pará. “Monitoring the list of endangered species in Pará is something that has to be done at most every four years. It hasn’t been done for almost 14 years. So, at least now, in the context of the flora component, we’ve already signed the contract, the transfers are already being made, and the research is already starting,” he says.